

FICHA DE RATIFICAÇÃO DE DESPESAS POR INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO

ORGANIZAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- Dispensa nº 015/FMS/2018

- Inexigibilidade nº

1 – **ENQUADRAMENTO LEGAL:** Inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

2 – **CONTRATADA:** Sr. Antônio José da Silva, regularmente inscrito no CPF/MF sob o n.º 589.227.504-30.

3 – **OBJETO RESUMIDO:** Locação do imóvel situado na **Rua João Matias, nº 70, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP. 54.580-500**, destinado ao funcionamento do **CAPS Ciranda da Vida**.

4 – **VALOR CONTRATADO:** O valor mensal do aluguel é de **R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais)**, perfazendo o valor total contratual de **R\$ 45.480,00 (quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta reais)**.

5 – **MODALIDADE:** Dispensável.

6 – **CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 10.302.160.

7 – **NATUREZA DA DESPESA:** 33.90.36.

8 – **RAZÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93):**

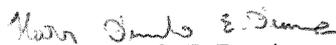
A solicitação dar-se-á em virtude do Município necessitar firmar contrato de Locação de imóvel, no endereço supramencionado, destinado ao funcionamento do **CAPS Ciranda da Vida**, através da Dispensa nº 015/FMS/2018, com prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do Contrato. Com fito na documentação necessária apresentada tempestivamente para instrução do processo, e conforme o que preceitua o artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, o qual possibilita a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, mediante avaliação prévia. Diante deste diapasão, constata-se a possibilidade jurídica de contratação por Dispensa de processo licitatório.

9 – **JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO (Artigo 26, inciso III, da Lei nº 8.666/93):**

O preço contratado é compatível com o valor de mercado, segundo Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, da lavra do Perito Avaliador Responsável, o Sr. **Pablo Oliveira Rolim**, regularmente inscrito no CREA sob o n.º 14.181 - D, documento este como parte integrante do processo.

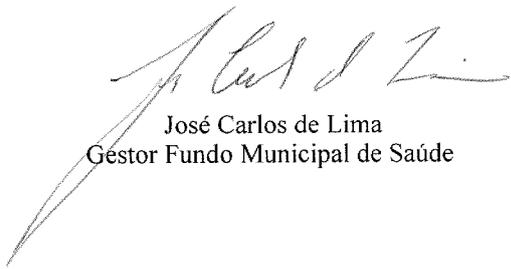
10 – **PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA Nº 203/18:** em anexo

Cabo de Santo Agostinho/PE, 12/11/2018.


Heitor Fernando E. Ferreira
Advogado OAB 43.783 D

11 – **RATIFICAÇÃO PELO ORDENADOR DE DESPESAS / AUTORIDADE SUPERIOR:**

Ratifica-se, de acordo com o artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, c/c artigo 2º do Decreto Municipal nº 1.564 de 14 de Junho de 2017, a presente despesa:


José Carlos de Lima
Gestor Fundo Municipal de Saúde

Cabo de Santo Agostinho/PE, 12/11/2018.